



PROJETO HOTEL VALE DO TEMPO
PROJETO DE EXECUÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
VOLUME II – RESUMO NÃO TÉCNICO
AGOSTO 2022

PROJETO HOTEL VALE DO TEMPO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

VOLUME II – RESUMO NÃO TÉCNICO

ÍNDICE GERAL

VOLUME I - RELATÓRIO SÍNTESE

VOLUME II – RESUMO NÃO TÉCNICO

VOLUME III – ANEXOS

VOLUME IV – PEÇAS DESENHADAS

PROJETO HOTEL VALE DO TEMPO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

VOLUME II – RESUMO NÃO TÉCNICO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. PROPONENTE E ENTIDADE LICENCIADORA.....	5
3. ANTECEDENTES DO PROJETO	6
4. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	6
5. LOCALIZAÇÃO EM ÁREAS SENSÍVEIS	6
6. DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	6
7. COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS	8
8. EVOLUÇÃO DA ÁREA NA AUSÊNCIA DO PROJETO	20
9. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE IMPACTES	21
10. PLANO DE MONITORIZAÇÃO.....	22
11. CONCLUSÕES	22

1. INTRODUÇÃO

O presente volume constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto Hotel Vale do Tempo. Sintetiza, de forma acessível para público não especialista, a informação técnica contida neste Estudo de Impacte Ambiental.

O Projeto Hotel Vale do Tempo é um Empreendimento de Turismo em Espaço Rural de 5 estrelas. Insere-se numa propriedade de 61 520 m², localizada em Vale de Pegas, na freguesia de Paderne, concelho de Albufeira. Tem uma área total de construção de 3.998,25 m², sendo composto por elementos desligados fisicamente entre si. O empreendimento é constituído por um edifício central ou principal (que agrega as áreas comuns, as áreas técnicas e 17 unidades de alojamento interiores) e por 25 unidades de alojamento exteriores, totalizando 73 camas, distribuídas por 42 unidades de alojamento. A área encontra-se parcialmente ocupada por ruínas, sendo que o edifício principal será implantado na área ocupada pelas edificações preexistentes. O Projeto Hotel Vale do Tempo encontra-se em fase de Projeto de Execução.

O projeto insere-se no Barrocal Algarvio, marcado pela ruralidade e pela baixa densidade populacional. O local dista menos de 2 km da Autoestrada n.º 2 e cerca de 4,15 Km da aldeia de Paderne, sede de freguesia.

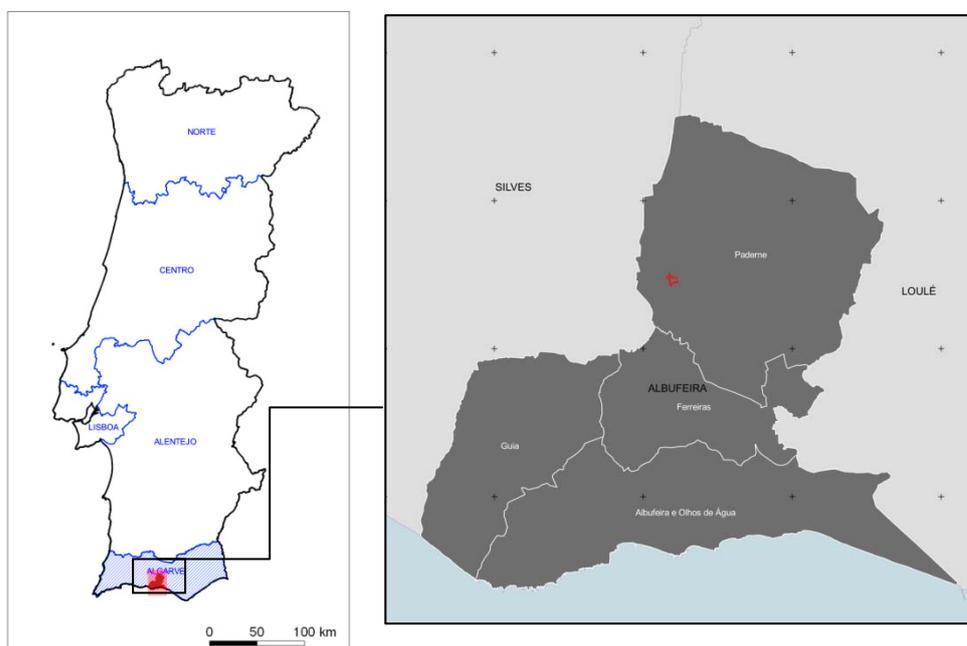


Figura 1 – Enquadramento regional e Municipal do Projeto Hotel Vale do Tempo

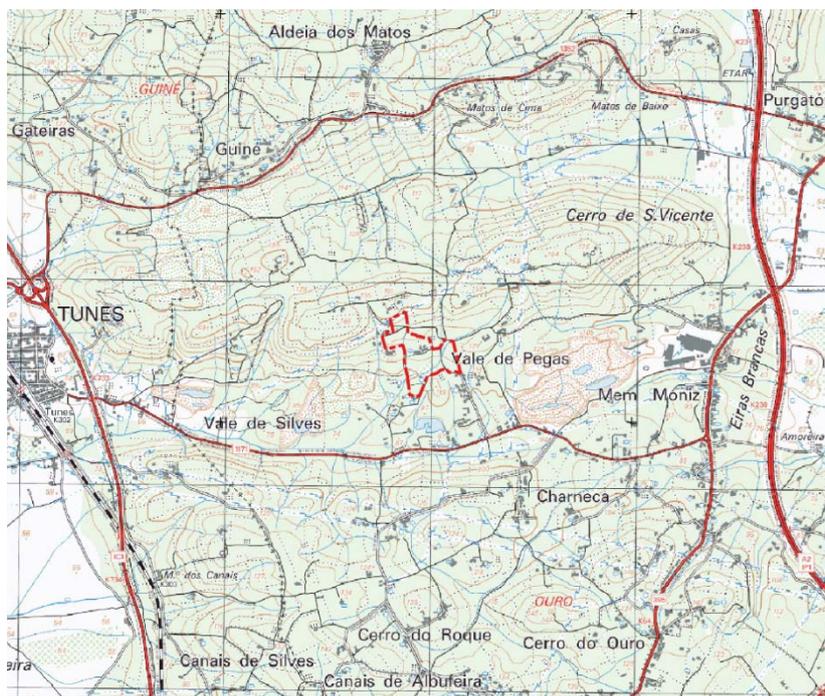


Figura 2 - Localização do projeto.

2. PROPONENTE E ENTIDADE LICENCIADORA

O proponente do projeto de Execução Hotel Vale do Tempo é a Valeandro, Unipessoal Lda., empresa com sede na Avenida D. Infante Henrique, n.º 83, 8200-261 Albufeira, pessoa coletiva número 509939180. A Valeandro, Unipessoal Lda. é proprietária do terreno. A entidade licenciadora ou competente para a autorização é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve).

O presente EIA foi desenvolvido no período que decorreu entre setembro de 2020 e agosto de 2022, e é formado por 4 volumes:

Volume 1 - Relatório Síntese (RS), que inclui toda a informação relevante sobre o projeto, efetuando-se uma caracterização completa, a descrição dos seus objetivos e justificação; caracterização do ambiente afetado pelo projeto, dos impactes ambientais associados, das medidas de minimização propostas, do plano de monitorização e todos os elementos considerados relevantes para a compreensão da avaliação de impactes efetuada.

Volume 2 - Resumo Não Técnico (RNT), que constitui o presente documento.

Volume 3 - Anexos: incluem os elementos que justificam as afirmações constantes no Relatório Síntese, mas que não são indispensáveis para a sua perceção.

Volume 4 - Peças Desenhadas: este volume reúne as cartas produzidas, as quais são apresentadas a diversas escalas (1:300 000, 1:25 000, 1:15 000, 1:10 000 e 1:5000).

3. ANTECEDENTES DO PROJETO

O projeto teve um Pedido de Licenciamento da Arquitetura para um estabelecimento hoteleiro, com licença de construção atribuída em 2017, com 49 camas, e que ainda se encontra válida. O referido projeto teve algumas alterações e, atualmente pretende-se aumentar a ocupação para 73 camas, de modo a ter uma otimização espacial e funcional do estabelecimento hoteleiro, sem que se aumente a área de implantação.

4. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

Para além das mais valias-económicas, o Hotel visa disponibilizar uma oferta turística diferenciada, distinta do turismo de sol e praia, que é dominante no Algarve. Este projeto procura criar um produto turístico diferenciado, que se assuma como um espaço de descoberta da história, da cultura e das tradições da região. Este facto é muito relevante, uma vez que o turismo balnear gera uma forte sazonalidade na oferta de emprego.

5. LOCALIZAÇÃO EM ÁREAS SENSÍVEIS

Do ponto de vista do regime de jurídico de avaliação de impactes ambientais, a área enquadra-se na Zona Especial de Conservação do Barrocal (Código PTCO0049), integrada na Rede Natura 2000.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O empreendimento será constituído por um edifício central, que agregará as áreas comuns, as áreas técnicas e 17 unidades de alojamento interiores, e por 25 unidades de alojamento exteriores. Pretende-se implementar um Empreendimento Turístico – Estabelecimento Hoteleiro (Hotel Rural) de cinco estrelas.

Pretende-se que a edificação se integre de forma harmoniosa no local proposto, tirando partido do seu declive natural. A área em estudo apresenta um pequeno planalto ocupado por algumas ruínas, no qual se pretende implantar o edifício principal, enquadrado numa plataforma que se desenvolve à cota média de 116.55 m e da qual se aprecia a vista sobre o vale. As características do relevo impõem uma intervenção que se ajuste à sua orografia. Deste modo, são propostas 25 unidades de alojamento exteriores que pontuam o vale e se adaptam ao perfil natural do terreno.



Figura 3 - Planta esquemática do programa de utilização das edificações e áreas envolventes.

Quadro 1 – Programa de utilização do projeto.

N.º	Espaços e Edificações	Programa de Utilização
01	Acesso	Acesso ao empreendimento a partir da rede viária – Caminho de S. Vicente.
02	Estacionamento	
03	Áreas comuns - Salas	Salas de refeições / sala de estar / sala polivalente e áreas de apoio e de serviço complementares
04	Acesso de utentes ao edifício	Acesso principal ao edifício
05	Receção	<i>Lobby</i> e receção do empreendimento
06	Zona Exterior	
07	Unidades de Alojamento	Quartos simples, duplos, suítes e copa de piso.
08	Áreas Comuns - SPA	Área com ginásio, piscina interior, sauna, banho turco, sala de massagens, balneários/vestiários e I.S.
09	Áreas Comuns - Bar / Piscina e Deck	Piscina exterior com bar de apoio e área de repouso e de lazer envolvente.
10	Unidades de Alojamento Exteriores	Unidades de alojamento em suíte e copa de serviço.

A cobertura destas unidades de alojamento será ajardinada, de modo a contribuir para a sua integração na envolvente (cf figura seguinte).



Figura 4 - Vista geral do Empreendimento Turístico.

O acesso ao empreendimento será feito pela rede viária existente, designadamente pelo chamado Caminho de S. Vicente. Está prevista a deslocalização de um troço deste caminho para uma extrema da propriedade, garantindo o seu uso público, sem necessitar de dividir a propriedade. Esse novo troço, com uma área de 852 m², integra a via asfaltadas e a valeta de betão de ambos os lados.

O conceito de intervenção paisagística mantém o uso cultural da paisagem, assim propõe-se a manutenção das práticas culturais existentes. A entrada no Hotel tem como elemento mais relevante o característico pomar tradicional de sequeiro, com a predominância do amendoal.

Para o enquadramento dos alojamentos na encosta propõe-se áreas naturalizadas, com vegetação autóctone, entre estas florações primaveris associadas a prado relativamente relvado com exigências de manutenção e de rega adaptadas às condições edafoclimáticas.

Com o aproveitamento do declive propõe-se a criação de duas zonas de estadia/ miradouro, que promovem as qualidades cénicas do local e asseguram o distanciamento para não interferir com as zonas privadas dos alojamentos.

As redes de drenagem pluvial, de abastecimento de água, de infraestruturas elétricas, de infraestruturas de saneamento (esgotos domésticos), de abastecimento de gás e infraestruturas ITUR (telecomunicações) serão ligadas às respetivas redes públicas, e será feita ao longo dos caminhos existentes.

A estrutura viária no interior do projeto consistirá num arruamento principal, com duas faixas de rodagem para dois sentidos de trânsito, que estabelecerá a ligação ao exterior. A partir deste arruamento acede-se a uma área de estacionamento e aos percursos de ligação às restantes áreas do empreendimento. Estão previstos 29 lugares de estacionamento, mais um lugar para utentes com mobilidade condicionada.

7. COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS

Foram analisadas as seguintes componentes ambientais: Clima, Geologia e Geomorfologia, Solos, Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, Ambiente Sonoro, Qualidade do Ar, Fauna, Flora e Vegetação, Paisagem, Resíduos, Ordenamento do Território, Património Cultural e Socio-Economia.

No que respeita ao descritor de clima, verifica-se que o projeto não tem dimensão para alterar significativamente esta componente ambiental. No entanto, algumas variáveis climáticas, particularmente o regime de ventos, a pluviosidade e a temperatura, poderão ter influência noutras componentes ambientais.

As alterações climáticas poderão interferir no projeto, em 3 componentes: 1) A previsível diminuição da pluviosidade e a sua concentração num curto período, poderão determinar a escassez de água na região do Algarve, e eventualmente restrições ao uso humano, com consequências negativas para todas as atividades económica, e também para o turismo; 2) O previsível aumento do nível médio do mar determinará um recuo da linha de costa, o que poderá ter impactes negativos na qualidade das praias. A diminuição da qualidade das praias poderá ter impactes negativos no turismo. Esta possibilidade confere importância ao projeto, porque a oferta turística que se procura não é o turismo balnear, mas sim uma oferta baseada na história, da cultura e das tradições da região, podendo constituir uma alternativa económica que poderá minorar os impactes da degradação na qualidade das praias; 3) Por último, o previsível aumento da temperatura e da frequência e duração das ondas de calor, poderá vir a ter uma interferência negativa com o projeto, provocando desconforto térmico nos visitantes e turistas.

Os aspetos Geológicos e Geomorfológicos foram caracterizados à escala regional, mas sobretudo à escala do projeto. Na área do projeto, ocorrem 3 tipos de formações geológicas: 1) Dolomitos e calcários dolomíticos da Formação de Picavessa, do Jurássico inferior; 2) Calcários e margas de Peral do Jurássico superior; 3) Calcários, arenitos e margo-calcários, do Cretácico inferior.

No que respeita à sismicidade, a análise da bibliografia, indica que a Área do Projeto se situa na zona de maior risco sísmico para o território continental. A análise bibliográfica, assim como a visita ao local, não indicam a ocorrência de nenhum elemento de património geológico excecional ou Geossítio, nem na área de projeto, nem nas suas imediações.

No que respeita aos recursos minerais não metálicos, na envolvente do Projeto, as pedreiras mais próximas localizam-se a mais de 2,5 km de distância, em Escarpão. Em termos de recursos minerais metálicos, não se identifica qualquer ocorrência para o município de Albufeira. A ocorrência mais próxima, denominada “Cerca das Minas”, é de cobre, sendo de dimensão pequena, e situa-se em Alte, no município de Loulé. A Carta Geológica de Portugal, indica também ocorrências de cobre, mas não refere qualquer localização precisa. No que diz respeito a servidões administrativas de âmbito mineiro, a área de Projeto não se sobrepõe a qualquer área de prospeção ou pesquisa. Em conclusão, não existem recursos geológicos economicamente significativos na área.

A avaliação de impactes foi efetuada de forma qualitativa, atendendo às ações/atividades inerentes ao projeto e ao enquadramento geológico da área de Projeto. As intervenções preconizadas com interferência na Geologia, decorrem exclusivamente das escavações necessárias para a instalação de edifícios, infraestruturas e acessos. Estes impactes decorrerão exclusivamente na fase de construção. Face à ausência de valores geológicos relevantes, quer sejam ocorrências geológicas classificadas ou áreas com potencial económico para exploração de recursos minerais, os impactes previstos para o descritor de Geologia são muitíssimo

moderados e consistem, essencialmente, na escavação do substrato geológico subjacente. As formações geológicas afetadas são de tipologia comum, sem valor relevante.

Na maior parte da área sujeita ao projeto, os solos apresentam limitações acentuadas para uso agrícola, apenas suscetíveis de uma utilização agrícola pouco intensa, são classificados como “Classe C”, quanto à capacidade de uso. Estes solos estão integrados na chamada Reserva Agrícola Nacional (RAN). Na restante área têm potencialidades de utilização menores, com capacidades de baixa, com limitações severas e muito baixa, com limitações muito severas, integrando as classes D e E.

Na maior parte da área, os solos são derivados de rochas calcárias, tendo reação básica. Existem também afloramentos rochosos de pequena dimensão. No extremo sul da propriedade, existe uma pequena mancha de solos arenosos, derivados de arenitos.

A ocupação do solo reflete as suas características e potencialidades. De facto, a área está atualmente ocupada por prados correspondentes a antigos campos agrícolas, com oliveiras, alfarrobeiras, e amendoeiras, culturas tradicionais do Algarve que subsistem em solos com baixa capacidade agrícola. No extremo sul, coincidindo com a área de solos derivados de arenitos, de classe D, portanto com menor capacidade agrícola, a ocupação é florestal, existindo uma pequena área de pinhal.

Os impactes associados à implementação do projeto decorrem da ocupação dos solos por edificado, acessos e infraestruturas, numa área total de 4260 m², em áreas de classe C e D. Os impactes associados são pouco significativos, em classe D, considerado o baixo valor dos solos ocupados e a reduzida área em causa.

Ocorrerá a demolição e reconstrução de edifícios em solos de classe C. O saldo final consiste na ocupação de menos 402,96 m², desta classe de solos, o que constitui um impacte positivo embora de magnitude muito baixa.

No que respeita aos Recursos Hídricos, procedeu-se à caracterização dos recursos superficiais e profundos.

No que respeita aos Recursos Hídricos Superficiais, esta zona localiza-se na sub-bacia hidrográfica da ribeira de Alcantarilha, inserida nas denominadas bacias hidrográficas do Sotavento Algarvio. Nestas sub-bacias, a maioria dos cursos de água possui um regime torrencial, apresentando caudais nulos ou muito reduzidos durante o verão, no fim da primavera e início do outono.

Integrada nesta sub-bacia, a área de Projeto encontra-se na proximidade do troço inicial da ribeira de Algoz, junto da linha de cumeeada que separa as bacias drenantes da ribeira de Algoz e da ribeira de Quarteira. A área de projeto é atravessada por duas pequenas linhas de escorrência, quase sempre sem água à superfície, afluentes da margem direita da ribeira de Algoz.

No que respeita às necessidades de água para uso humano, é apresentada uma análise à escala da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, para a qual existem dados consistentes. Desta análise, salienta-se que na ribeira da Alcantarilha não existe qualquer captação de água de água superficial para abastecimento público.

No que respeita aos Recursos Hídricos Superficiais, como impactes, admite-se que ocorra um aumento da turbidez da água das duas ribeiras afluentes da margem direita da ribeira de Algoz, consequência do transporte de partículas finas a médias, a partir de áreas com coberto vegetal retirado, para se proceder à construção. No entanto, tendo em conta as distâncias dos terrenos a intervencionar e os declives reduzidos classifica-se o impacto como muito pouco significativo. Poderá também ocorrer deposição, por via húmida e seca, de partículas poeiras originadas nas frentes de obra e pela circulação de camiões e maquinaria. Este impacto classificou-se como: negativo, mas improvável, efeito direto e muito pouco significativo.

Na Fase de Exploração os impactes expectáveis, relacionam-se com os consumos de água e o seu “peso” face às disponibilidades hídricas da região. Considerando como estimativa razoável um consumo anual de água de 5750 m³/ano e, considerando ainda que as Águas do Algarve no ano de 2018 forneceram aos utilizadores municipais 67 557 579 m³ de água, classificou-se este impacto como muito pouco significativo.

Quanto aos Recursos Hídricos Subterrâneos, a área de Projeto sobrepõe-se à massa de água subterrânea denominada Orla Meridional Indiferenciado das Bacias das Ribeiras do Sotavento. Esta massa de água apresenta uma área de 405,43 km², abrangendo vários concelhos algarvios, de Lagoa a Tavira. A área de drenagem é dominada por formações calcárias e margas de Peral, de idade geológica do Jurássico ao Plioplistocénico. Apresenta características de aquífero poroso, cársico e/ou fraturado. Os aquíferos caracterizam-se como sendo insignificantes, com importância local.

A caracterização a nível local foi amplamente baseada no Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PGRH8) e em informação disponibilizada por entidades públicas. Verificou-se que os níveis piezométricos sofrem uma forte variação sazonal, associada às variações sazonais de pluviosidade. Verifica-se também que na vizinhança imediata do projeto, até uma distância de 500m existem 14 captações privadas licenciadas. De acordo com o PGRH8, em 2010, existia uma captação para abastecimento público, em serviço, a uma distância aproximada de 5,7 km para Este da área de Projeto. A área de projeto não se encontra integrada em nenhum perímetro de proteção para captações de água subterrânea para abastecimento público.

No que respeita aos Recursos Hídricos Subterrâneos, durante a fase de construção não se pode excluir a hipótese de rebaixamento do nível freático como consequência das escavações. No entanto, considerando que as escavações a realizar serão pouco profundas (< 4,00 m), a probabilidade de interseção do nível freático é muito improvável, pelo que se considera os impactes associados como pouco significativos.

A implantação do projeto incrementará a área impermeabilizada e esse facto poderá diminuir a taxa de recarga dos aquíferos. Este impacto é negligenciável atendendo aos reduzidos índices de impermeabilização do projeto e à extensão da área de recarga.

Durante a Fase de Exploração, não são expectáveis quaisquer impactes nos Recursos Hídricos Subterrâneos porque não haverá consumo de água de origem subterrânea

Quanto aos aspetos de Qualidade da Água, durante a fase de construção os principais impactes expectáveis (superficiais e/ou subterrâneas), relacionam-se com o derrame acidental de óleos, lubrificantes e/ou

combustíveis. Os impactes são incerto, a acontecer poderá ser negativo e muito significativos, pelo que foram propostas medidas de minimização para evitar estas ocorrências, que tornam estas ocorrências improváveis.

Durante a fase de exploração os impactes expectáveis relacionam-se com excesso de fertilização e/ou aplicação de fitofármacos nas áreas ajardinadas e com o derrame acidental de óleos, lubrificantes e/ou combustíveis utilizados nas viaturas que circularão na área de Projeto, comum a todos os locais onde circulam viaturas automóveis. Os impactes são considerados muito pouco significativos, e são minimizáveis, com a aplicação das medidas propostas.

A Qualidade do ar foi analisada com base nos dados disponíveis da estação da rede de monitorização da qualidade do ar mais próxima, a estação de Malpique (Albufeira) localizada a aproximadamente 11,5 km. Foram analisados os dados relativos às partículas em suspensão, Ozono, Dióxido de Azoto, Dióxido de Enxofre. Nesta estação, em 2018, último ano em que os dados estão disponíveis, verificou-se que, usualmente, a qualidade do ar é boa. Porém, relativamente às partículas, ocorreram 11 ultrapassagens ao valor limite para a proteção da saúde humana, embora se considere aceitável a ocorrência de 35 ultrapassagens por ano. Em termos anuais, não foi ultrapassado o valor limite para a proteção da saúde humana. No que respeita ao ozono, registaram-se 3 excedências ao valor alvo. Os outros parâmetros, mantiveram-se dentro dos valores desejáveis. Esta estação é classificada como urbana, portanto, deverá apresentar uma qualidade do ar pior do que o local em estudo, o qual tem características rurais.

Verificou-se que as principais fontes de poluição atmosférica existentes no local são estradas, embora com uma quantidade de tráfego baixa na zona do projeto, e um tráfego significativo em locais mais afastados, como é o caso da auto-estrada n.º 2, a cerca de 1,5 km Estrada IC1, a cerca de 1,5 Km, a oeste.

Neste contexto, concluiu-se que a qualidade do ar na área de estudo deverá ser superior à qualidade do ar da estação analisada, a qual era considerada “Boa”, na quase totalidade do tempo.

No que diz respeito à Qualidade do Ar, na fase de construção. As possíveis alterações resultam da emissão de poluentes atmosféricos, associada à queima de combustíveis fósseis, e à emissão de poeiras, na sequência das obras.

As emissões de material particulado resultarão principalmente da circulação de máquinas e veículos afetos à obra, e assumirão maior dimensão locais não asfaltados, na movimentação e transporte de terras, e exposição de solos à erosão eólica. No entanto, prevê-se que as movimentações e o transporte de terras sejam reduzidas, minimizando a formação de poeiras. Consideram-se os impactes associados temporários, e de carácter local, restritos à obra e envolvente direta. São ainda minimizáveis através da implementação das medidas de minimização propostas. Refere-se ainda a circulação de veículos e máquinas com as emissões de poluentes como monóxido de carbono, dióxido de enxofre, óxidos de azoto, compostos orgânicos voláteis, partículas e fumos negros, resultantes de combustíveis fósseis.

Contudo, no caso presente, dada as características e dimensão do projeto, a queima de combustíveis em veículos e equipamentos será circunscrita a um reduzido número de ocorrências, assumindo reduzido significado. Na fase de exploração não são expectáveis impactes negativos na qualidade do ar.

No âmbito do descritor de Ambiente Sonoro, os resultados obtidos foram confrontados com as normas do Regulamento Geral do Ruído. Do ponto de vista desta legislação, a área de projeto é caracterizada pela existência de uma única habitação unifamiliar, que corresponde a um único recetor sensível. A envolvente apresenta uma ocupação típica de meio rural, com campos com culturas arvenses e prados, matos, com outras habitações unifamiliares relativamente dispersas, mas sem fontes de ruído significativas, com exceção de estradas secundárias. O concelho de Albufeira não possui, ainda, zonamento acústico para o seu território.

De forma a caracterizar o ambiente sonoro na área de proposta para a edificação, que constituirá uma local de recetores sensíveis, e na área potencial influência do projeto, foram realizadas medições em 4 pontos, três no limite da propriedade e um junto ao recetor sensível. Os resultados obtidos indicam, que o ambiente sonoro atual cumpre os valores limite de exposição aplicáveis por lei, para o caso de “ausência de classificação acústica”, definidos no Regulamento Geral de Ruído.

No que respeita ao descritor de Ambiente Sonoro, um empreendimento turístico, corresponde a num recetor sensível. Tipicamente, na fase de exploração dos hotéis a emissão sonora para o exterior (edificações), pode ser considerada desprezável, sendo a geração de ruído derivada, essencialmente, do tráfego rodoviário associado. Neste sentido, tendo em consideração as características do projeto, foi efetuada uma estimativa, tendo por base dados de emissão e modelos de propagação sonora normalizados.

A fase de construção será caracterizada pela edificação do hotel e das infraestruturas associadas, e gerará emissões sonoras, devido às atividades ruidosas temporárias, destacando-se a utilização de maquinaria e circulação de camiões. Assim, durante esta fase, é expectável a ocorrência de um aumento temporário dos níveis de ruído ambiente na envolvente dos locais de obra.

É expectável que o tráfego rodoviário associado à fase de construção que seja diminuto, constituído por veículos ligeiros para transporte de trabalhadores, de material e equipamentos e, pontualmente, por veículos pesados. O percurso dos veículos será efetuado pelas vias existentes, perspetivando-se que não altere significativamente os níveis sonoros da envolvente das rodovias

Na fase de exploração, o empreendimento turístico não terá fontes sonoras relevantes para o exterior, e terá como principal fonte sonora relevante o tráfego rodoviário associado. Com o objetivo de avaliar este fator, foi desenvolvido um modelo de simulação acústica a três dimensões. Os resultados deste modelo indicam que os níveis de ruídos gerados em fase de funcionamento cumprem todas as normas legais constantes do Regulamento Geral do Ruído.

No âmbito da componente de Flora e Vegetação, a caracterização visou a identificação das unidades de vegetação, a sua correspondência com habitats classificados pelo anexo I da Directiva Habitats, e a presença de flora ameaçada ou protegida.

A vegetação inclui três unidades: uma mancha de pinhal, dominada por Pinheiro-manso, campos agrícolas e prados, e uma pequena mancha de matos calcícolas. Julga-se que o Pinheiro-manso seja uma planta nativa no Algarve, mas apenas nos solos de arenosos do litoral, pelo que, na área de estudo, estes pinhais são uma formação exótica.

As áreas agrícolas, apresentam abundância de Figueiras, Alfarrobeiras, e Oliveiras, como é comum no Algarve, tendo também várias árvores ornamentais. Os prados, são constituídos por plantas de curto ciclo de vida, muito frequentes em Portugal e na Europa. Os matos são a formação mais interessante do ponto de vista da vegetação, mas ocupam uma área muito pequena. Em conclusão, do ponto de vista da vegetação, o local não apresenta um valor relevante.

Porém, do ponto de vista botânico, salienta-se a presença do Tomilho-cabeçudo, uma planta protegida pelo anexo II da Directiva Habitats, classificada como prioritária, e considerada Quase Ameaçada em Portugal. Existem dois pequenos núcleos, com um número muito pequeno de exemplares, um deles localizado dentro da propriedade, e outro fora, mas muito próximo do seu limite. Salienta-se, esta planta não será afetada pelo projeto, porque se localiza longe do local onde se localizará o hotel, a mais de 100m. Acresce que foram propostas medidas de minimização cautelares que impedem algum tipo de afetação accidental, ainda que improvável.

O principal impacte identificado foi a ocupação dos terrenos por construções, edificações e infraestruturas, afetando a área de campos agrícolas. Consideram-se estes impactes pouco relevantes, dado o baixo valor botânico deste tipo de vegetação.

No que concerne à fauna, foi efetuado um inventário dos vertebrados, com base em levantamentos no terreno e bibliografia. O elenco faunístico é pobre, sobretudo devido aos níveis de perturbação a que a área está sujeita, que impedem a presença das espécies mais sensíveis à presença humana. Outros fatores que parecem impedir a presença de uma fauna diversificada, e importante do ponto de vista da conservação, são a presença de barreiras geográficas relevantes, as quais determinam algum isolamento dos habitats naturais, a presença de um coberto vegetal mal conservado, e a inexistência de habitats raros, que alberguem espécies raras em Portugal. Assim, as comunidades animais são constituídas por espécies muito frequentes em Portugal, que se adaptam bem à presença humana. Não foram identificadas espécies ameaçadas e avalia-se que não ocorram.

Face ao baixo valor da fauna, os impactes gerados pelo projeto não serão significativos, embora sejam negativos. Consistem na ocupação de uma pequena área de biótopo agrícola e no aumento dos níveis de perturbação.

A Paisagem foi avaliada através da Sensibilidade Visual. Este conceito inclui a chamada Qualidade Visual e a Capacidade de Absorção Visual. Qualidade Visual avalia a harmonia, o equilíbrio, a diversidade, a riqueza patrimonial e a sustentabilidade da paisagem. A Capacidade de Absorção Visual é a capacidade para absorver uma determinada ação externa, sem que ela provoque uma alteração perceptível na estrutura da paisagem. Para cada um destes dois parâmetros, foi elaborada uma cartografia própria que inclui a área de estudo e as áreas circundantes.

O local do projeto integra-se em duas unidades de paisagem definidas à escala nacional: o Barrocal Algarvio e o Litoral do Centro Algarvio. A primeira distingue-se pela particularidade do seu relevo, o vermelho-escuro forte dos solos, e a frequente presença de afloramentos rochosos que têm realce na paisagem pelo contraste

das suas cores claras. A segunda, tem menor valor paisagístico, e caracteriza-se pela presença de espaços edificados, concentrados, mais densos junto ao mar e mais dispersos no sentido do Barrocal, com edifícios de tipologias muito diversificadas, sem coerência, o que confere à paisagem um aspeto claramente desorganizado.

Quanto à Qualidade Visual da paisagem, verificou-se que a área de estudo, estando inserida em duas sub-unidades de paisagem diferentes, e apresenta uma qualidade visual global média e elevada. Para determinar a Capacidade de Absorção Visual, foi considerado conjunto de 140 pontos de observação, 104 localizados nos aglomerados populacionais circundantes e 36 na rede viária. Estes pontos foram selecionados considerando a localização dos potenciais observadores. Verificou-se que capacidade de absorção visual é média a elevada. A Sensibilidade Visual foi avaliada cruzando as cartas produzidas com estes dois parâmetros (qualidade e capacidade visuais), tendo-se verificado que a área apresenta uma Sensibilidade média a elevada.

O projeto não tem dimensão para afetar o Património Cultural. Saliencia-se que não foi encontrado nenhum elemento patrimonial relevante no interior da propriedade, com exceção de muros de pedra seca, elemento muito frequente no nosso país. No entanto, considerando a hipótese de surgirem elementos desconhecidos, propôs-se o acompanhamento arqueológico das obras de demolição, escavação e revolvimento de solos. Propôs-se ainda a preservação dos muros de pedra seca, através e a sua integração no projeto hoteleiro.

O capítulo relativo aos Resíduos incluiu a caracterização do sistema de recolha e processamento de resíduos do concelho de Albufeira. A empresa LUSÁGUA – Serviços Ambientais, S.A. é a entidade responsável pela gestão dos serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana. Os resíduos urbanos são transportados pela LUSÁGUA para a Estação de Transferência de Albufeira, localizada em Escarpão, e encaminhados para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Monchique, onde os lixiviados são tratados por osmose inversa.

A eficácia e a qualidade deste sistema, no município de Albufeira, foram analisadas por vários parâmetros. O indicador de “Acessibilidade física” foi classificado como “Mediano”, e “Acessibilidade da recolha seletiva” classificou-se como “Insatisfatória”. Os indicadores “Lavagem de contentores” e “Reciclagem de embalagens”, apresentaram uma classificação de “Bom”.

No que respeita à produção de resíduos, em 2018 (último dado disponível) cada habitante do concelho produziu cerca de 1 426 kg/hab resíduos urbanos, dos quais 466 kg/hab. foram recolhidos seletivamente. O ecoponto de deposição coletiva de superfície mais próximo do projeto dista cerca de 1,5 km.

Face à tipologia da utilização atual do terreno sujeito ao projeto, a produção atual de resíduos consiste na tipologia de “Resíduos Urbanos e Equiparados”. Estes Resíduos são produzidos em reduzidas quantidades, uma vez que são poucas as habitações ocupadas. Eventualmente, também poderão existir alguns resíduos da tipologia “Resíduos da Agricultura, Horticultura, Aquacultura, Silvicultura, Caça e Pesca, e da preparação e processamento de produtos alimentares”, proveniente de pequenas hortas, sendo em quantidade não significativa.

No que respeita à identificação de impactes, analisaram-se os resíduos produzidos em fase de construção e exploração. Em fase de construção, os resíduos estarão associados, sobretudo, à demolição das pré-existências e à construção. Serão sobretudo Resíduos de Construção e Demolição e, em menor quantidade aos Resíduos Sólidos Urbanos, associados às atividades de funcionamento normal do estaleiro social e equipamentos/viaturas. É o tipo de resíduos usual em obras de construção civil e/ou demolição.

Pontualmente, poderão ser produzidos resíduos da tipologia Óleos Usados e Resíduos de Combustíveis Líquidos e Embalagens, Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção.

A valorização e/ou deposição final dos resíduos será realizada de acordo com a legislação vigente, de acordo com um Plano de Gestão Ambiental, sendo adotado um sistema de gestão de resíduos, cuja exigência será incluída no Caderno de Encargos. Os impactes associados serão de magnitude muito baixa dada a reduzidíssima área total de construção.

Na fase de exploração, a quantidade de resíduos produzidos reduzir-se-á significativamente, ficando associada às atividades de alojamento turístico, assim como às atividades de manutenção de infraestruturas e trabalhos de manutenção dos espaços verdes, áreas agrícolas e florestais. Assim serão produzidos, sobretudo, Resíduos Urbanos e Equiparados. Conclui-se assim, que os impactes dos resíduos, na fase de exploração serão negativos, mas muito pouco significativos.

Os aspetos sócio-económicos foram caracterizados com base em dados bibliográficos, salientando-se a informação recolhida junto do Instituto Nacional de Estatística, e os resultados dos Censos de 2021, 2011 e 2001, bem como em estimativas mais recentes, de outras fontes. A análise foi feita a três níveis: a região do Algarve, o concelho de Albufeira e a freguesia de Paderne.

No que respeita aos aspetos demográficos, a população do Algarve está a crescer. O mesmo se passa ao nível concelhio e, também, entre 2011 e 2021, ao nível da freguesia. Também a taxa de envelhecimento se encontra a crescer, padrão comum ao nosso país.

Quanto à taxa de atividade do concelho de Albufeira, ela é superior ao valor apresentado pela região algarvia, mas, na freguesia de Paderne, é francamente inferior ao concelho e à região. Assinala-se também o crescimento do parque habitacional recente ao nível da freguesia de Paderne.

No que respeita à capacidade de alojamento turística, o concelho de Albufeira encontra-se bem equipado, mas a generalidade da oferta está no litoral e não no interior. De facto, o concelho de Albufeira concentra cerca de 26% da capacidade da região, mas a freguesia de Paderne cerca de 5,4 % e 1,4%, em relação ao concelho e à região em causa, respetivamente.

Na fase de construção, os impactes sobre os fatores socioeconómicos mais relevantes consistem no aumento do tráfego nas vias de acesso rodoviário, impacte negativo, e na criação de postos de trabalho e dinamização das atividades económicas impactes positivos.

Os trabalhos de construção serão responsáveis pela emissão de ruído, poeiras e gases resultantes do funcionamento de equipamentos e maquinaria, mas os impactes associados foram avaliados pelos respetivos

descritores como pouco ou muito pouco significativos, pelo que não poderão ter uma avaliação diferente no descritor de socioeconómica.

Do mesmo modo, considera-se que as poeiras resultantes das movimentações de terras e da circulação em acessos não pavimentados não serão um fator de incómodo para a população próxima, já que estas emissões não serão relevantes, e serão minimizadas.

A circulação de viaturas pesadas de e para as zonas de obra e estaleiro far-se-á por estradas principais e, proximidade da área de estudo, por estradas e caminhos municipais. O aumento do tráfego de pesados nessas vias, principalmente nas horas de ponta, constitui um impacto negativo, globalmente pouco significativo, já que não se prevê que o fluxo de veículos pesados assuma grande relevância.

Haverá aspetos de cariz positivo relacionados com presença de trabalhadores e com a dinâmica que a construção do empreendimento introduz nas atividades económicas locais. Estima-se que o crie 33 empregos diretos. Deste modo, espera-se um impacto positivo sobre o quadro socioeconómico local.

São os impactos positivos em fase de funcionamento que justificam o projeto. Os dos aspetos relevantes são as características inovadoras do empreendimento, atraindo turistas e visitantes que não procuram apenas o sol e o mar do Algarve. A localização é relevante, já que atrai turistas para Paderne, no interior de Albufeira. Pretende-se que o empreendimento convide traga turistas em qualquer estação do ano, contrariando a sazonalidade do turismo balnear. Outro aspeto muito positivo consiste na criação de emprego direto e indireto e a dinamização das atividades económicas locais, considerando que se trata de uma freguesia do contribuindo para a criação de um quadro socioeconómico favorável à fixação de população e para a diminuição da taxa de desemprego. Globalmente, considera-se o impacto ao nível socioeconómico, significativo, permanente e certo.

O tráfego automóvel e o funcionamento da maquinaria e equipamentos necessários às atividades de exploração não constituem fatores passíveis de gerar incómodos sobre a população próxima, pelo que não são gerados impactos ou estes são pouco significativos. Note-se que a circulação automóvel far-se-á a velocidades baixas, quer por questões de segurança, quer também para contribuir para a diminuição do ruído.

No que respeita às medidas de minimização, as principais medidas visam a potenciação dos impactos positivos, salientando-se a recomendação de integrar trabalhadores residentes na freguesia de Paderne, quer em fase, quer em fase de exploração, assim como, recorrer a fornecedores locais. Foram ainda indicadas medidas que visam diminuir eventuais impactos negativos noutras componentes ambientais, as quais são pormenorizadas nos respetivos descritores.

No que respeita ao descritor de Saúde Humana, foram caracterizados os serviços regionais de saúde, o perfil regional de saúde e fatores ambientais de saúde humana.

Do ponto de vista das unidades de saúde, o concelho de Albufeira tem um Centro de Saúde, constituído por cinco Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, duas Unidades de Saúde Familiar e uma Unidade de Cuidados na Comunidade. A Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Albufeira - Polo

Paderne, localiza-se a uma distância de cerca de 4km e a UCSP Albufeira - Polo Ferreiras, a cerca de a 7 km. Quanto à oferta de serviços, o concelho apresenta 2,2 médicos por cada 1000 habitantes (dados de 2017), um valor menor do que os concelhos mais próximos. Estes indicadores relatam a situação de prestação de serviços o que permite identificar as condições de saúde das populações residentes e a capacidade de resposta aos turistas ou outros visitantes.

Quanto ao perfil de saúde da população, a Região do Algarve apresenta uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (2013/2017) de 2,6‰, valor superior à de Albufeira (1,9‰). Para a taxa quinquenal de mortalidade neonatal, Albufeira apresenta 1,9‰.

As doenças do aparelho circulatório e o cancro são a principal causa de morte na região do Algarve, mas no município de Albufeira, assim como o Continente, geram uma menor mortalidade do que no Algarve. São também relevantes as doenças respiratórias e cerebrovasculares, como causa de morte no Algarve. Estes grupos de doenças são a principal causa de morte tanto na região do Algarve como no Continente.

No que respeita à sinistralidade rodoviária, o relatório de 2018 de “Sinistralidade Rodoviária: Vítimas no local” não inclui como Ponto Negro nas vias de acesso ao Projeto.

A saúde humana depende também de vários fatores ambientais como a qualidade da água, do ar e o ruído, e alterações climáticas. As redes de abastecimento de água e infraestruturas de saneamento do projeto serão ligadas às respetivas redes públicas, sendo tratadas conforme a legislação vigente. Neste contexto, as variáveis de saúde ligadas à qualidade da água não se distinguem de quaisquer outros locais servidos pelas redes públicas.

A poluição sonora constitui um dos principais fatores de degradação da qualidade de vida e do bem-estar das populações. No entanto, no caso em estudo, os valores cumprem os limites legais, como foi referido no descritor de ruído. Na fase de construção, potencialmente, a emissão de poeiras poderia gerar impactes negativos, mas no descritor de qualidade do ar demonstrou-se que estas alterações são pouco relevantes.

Alterações climáticas poderão representar riscos para a saúde. São disso exemplo os relacionados com o aumento de doenças associadas à poluição do ar e aeroalérgenos, eventos extremos como as secas, aumento da frequência e intensidade das ondas de calor, e alterações na distribuição e incidência de doenças transmitidas por vetores de distribuição mais meridional que poderão colonizar o Algarve, diminuição da disponibilidade e qualidade da água e toxicoinfecções, entre outras. Mas como foi referido, a implementação do projeto não alterará o clima.

No que respeita ao ambiente sonoro, os principais impactes em fase de obra são aqueles que são usuais em obras de construção civil e resultam do funcionamento da maquinaria. Os impactes serão também pouco relevantes, como se demonstrou no respetivo descritor.

Em fase de funcionamento, os impactes resultam do aumento da circulação automóveis induzida pelo projeto. São também pouco relevantes, mesmo no contexto local, considerando a densidade de circulação automóvel

da área circundante e a ausência de pontos especialmente propensos à ocorrência de acidentes (pontos negros).

Tem sido tema de discussão entre a comunidade médica e científica a possibilidade do uso de piscinas ter efeitos negativos na saúde humana, em resultado de desinfetantes à base de cloro. O cloro reage com a matéria orgânica natural, levando à formação de subprodutos potencialmente nocivos, associados ao desenvolvimento de manifestações clínicas, na pele e das vias respiratórias. Os seus efeitos têm sido reportados em instrutores de natação, funcionários de piscinas e nadadores de competição, sobretudo em piscinas interiores. Porém, não existem quaisquer razões para supor que, no projeto, a situação seja diferente do que aquela que ocorre na generalidade das piscinas existentes em Portugal.

Outro aspeto consiste nos impactes positivos na saúde dos seus visitantes. De facto, a realização de férias tem consequências positivas na saúde, atestada por vários estudos científicos, particularmente os ganhos psicológicos, mas não só.

Para caracterizar o Património Cultural, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica e de gabinete e executou-se uma prospeção arqueológica sistemática da totalidade da área do lote de terreno onde se vai implantar o empreendimento turístico. O único elemento relevante de património arquitetónico relevante identificado foi uma escola primária, datada das décadas de 40 ou 50 do século passado, localizada fora da propriedade, embora numa zona próxima. No âmbito da prospeção no terreno, o único elemento identificado muros de pedra seca, uma estrutura de separação de propriedade, muito frequente no nosso país.

No que respeita aos aspetos de Ordenamento do Território foi analisada a compatibilidade do projeto com os Instrumentos de Gestão Território, de âmbito nacional, regional e municipal.

Os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito nacional incluíram Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e a Estratégia Turismo 2027. Verificou-se que o projeto tem enquadramento no (PSRN2000), porque este plano enfatiza a importância do turismo, moldado e suportado por um património natural, cultural e simbólico diferenciado, assim como a Valorização do capital natural.

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 estabelece condicionantes para o uso do território, no caso estar em causa a afetação de valores listados nos anexos I, II e IV da Directiva Habitats. No entanto, não se prevê e a afetação de nenhum destes valores, o que compatibiliza o projeto com este Plano. Do mesmo modo, o projeto não contradiz o estabelecido no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. No que respeita à Estratégia Turismo 2027, o projeto concretiza as suas orientações, designadamente: potenciar economicamente o património natural e rural, e contribui para o desenvolvimento de um turismo sustentável.

No que respeita ao Plano Regional de Ordenamento do Território, o (PROT Algarve), o projeto também concretiza as suas orientações, contribuindo para diversificar o cluster turismo/lazer, para além do turismo de sol e praia, contribuindo para aumentar o valor acrescentado das cadeias de valor do cluster turismo/lazer, tal como é preconizado no PROT. O PROT apresenta ainda uma Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, estruturada numa rede de áreas nucleares e corredores. O local de projeto localiza-se totalmente

em área nuclear. Nestas áreas, o PROT preconiza a conservação de áreas de Pinhais (de pinheiro manso), Pomares de Sequeiro e Prados e Formações Arvenses Naturais, o que é cumprido pelo projeto, o que será garantido pelo projeto, mas preconiza também a “fruição dos espaços semi-naturais, através do desenvolvimento de atividades de turismo em espaço rural, assente em núcleos rurais”, orientação que é concretizada pelo projeto.

No âmbito do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve, a área de projeto insere-se na Sub-região homogénea “Barrocal” e em “Áreas Classificadas”, integrando, no seu sector Oeste, os chamados “Espaços Florestais Sensíveis”. Também este diploma prevê a valorização dos espaços florestais, através da sua utilização turística, objetivo concretizado pelo projeto.

Os objetivos do Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve aplicáveis ao projeto consistem em objetivos de conservação da qualidade da água. No entanto, não se prevê nenhuma afetação da qualidade da água, tal como é discutido no descritor de Recursos Hídricos.

No que respeita ao ordenamento municipal, a Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Albufeira a área de projeto integra a Classe de Espaço “Recursos Naturais e Equilíbrio Ambiental”, integrando as categorias desta Classe: “Zona de Uso Agrícola” (zona imperativa) e “Zona de Enquadramento Rural” (zonas preferenciais). Nestas zonas, não são permitidas obras ou ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades, excetuando os estabelecimentos hoteleiros, as edificações de apoio, e a recuperação e ampliação de construções existentes.

No âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Albufeira, área do projeto integra maioritariamente áreas classificadas com a classe de perigosidade de incêndio florestal “alta”, e também pequenas áreas classificadas com a classe de perigosidade de incêndio florestal “baixa”, “média” e “muito elevada” (a noroeste e a sudeste). No âmbito do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Albufeira, salienta-se a presença de uma pequena área com risco de deslizamento, no seu setor norte.

No âmbito das condicionantes, a área de projeto não integra a Reserva Ecológica Nacional, mas está parcialmente incluída na Reserva Agrícola Nacional. Nestas áreas, a edificação é condicionada. No âmbito da construção do Hotel, haverá afetação de 828.46 m² de solos de RAN. No entanto, será cedida a área de 402.96 m² de solos à RAN, na sequência da demolição das preexistências. Nessa área, as edificações serão demolidas e o terreno manter-se-á livre e integrado nessa reserva.

8. EVOLUÇÃO DA ÁREA NA AUSÊNCIA DO PROJETO

Devido à intensa pressão humana sobre o território nacional, a evolução de qualquer área depende das condicionantes das intervenções humanas no território, designadamente da demografia, das potencialidades económicas e das condicionantes de ordenamento do território. Recentemente, tomou-se consciência que as alterações climáticas terão uma importância fundamental.

No que respeita à demografia, o fator mais significativo consiste no facto de que a freguesia de Paderne ter recuperado a sua população, embora lentamente, desde o início dos anos 80, a qual vinha a registar perdas

muito significativas desde os anos 50. Este aumento foi muito moderado, traduzindo-se num aumento de 572 habitantes, nestes últimos 40 anos. Uma maior densidade populacional induz uma maior pressão para a construção de infraestruturas, habitação e equipamentos de uso público, com consequências negativas para os sistemas naturais.

As normas de ordenamento do território na área circundante dado projeto não impedem liminarmente a edificação, embora esteja fortemente condicionada.

No entanto, um fator muito relevante, talvez o mais determinante, consiste nas previsíveis alterações climáticas as quais irão alterar profundamente a vegetação, e a disponibilidade de água.

Devido à maior secura, prevê-se uma degradação da qualidade dos solos e da paisagem, assim como dos ecossistemas. O contexto socioeconómico irá também ressentir-se negativamente destas alterações.

9. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE IMPACTES

Este estudo de impacte propõe medidas de carácter geral, consistindo boas práticas ambientais, que beneficiam mais do que um descritor, essencialmente direcionadas para a fase de construção e medidas específicas, direcionadas a cada descritor, quer em fase prévia, quer durante a construção e exploração do projeto.

As medidas de carácter geral são em número de 55, e terão consequências positivas em muitos dos descritores que relevaram impactes negativos. Incluem aspetos tão diversos como ações de formação e de sensibilização ambiental dos trabalhadores da obra, a elaboração de um Plano de Integração Paisagística e um de Plano de Gestão Ambiental da obra, ou privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra, entre várias outras.

No que respeita ao descritor de Solos, a principal medida de minimização foi já integrada no projeto, e consiste na preservação dos solos de classe C, aqueles que têm maior potencial agrícola, mantendo as construções sobre área já edificadas, e ocupando solos da classe D. Outro aspeto consiste no armazenamento em pargas da terra viva resultante de ações de decapagem

No que respeita ao descritor de Recursos Hídricos, as medidas mais importantes focam a necessidade de evitar derrames acidentais, salientando-se a impermeabilização dos vários locais onde ocorre o manuseamento de produtos que poderiam poluir as águas, como sejam argamassas, combustível ou óleos, controlar as condições de limpeza dos locais de obra e estaleiro, de forma a evitar derrames acidentais.

No que respeita ao descritor de Qualidade do Ar, as principais medidas de minimização direcionam-se ao controlo da emissão de poeiras, através da rega de caminhos não asfaltados, recobrimento das cargas dos veículos que transportam materiais e imposição de limites de velocidade.

No que respeita ao descritor de Ambiente Sonoro, as medidas de minimização consistem no estrito cumprimento das normas legais.

Quanto aos descritores de fauna, flora e vegetação, a principal medida de minimização são as medidas cautelares destinadas a garantir que não haverá nenhuma afetação acidental de *Thymus lotocephalus*. Embora o projeto não afete estes núcleos, é pertinente implementar 3 tipos de medidas de cautelares, para evitar afetações acidentais: assinalar o local, informar os trabalhadores, e informar os visitantes do hotel em fase de exploração.

No que respeita ao descritor de Paisagem, a principal medida de minimização é a implementação do Plano de Integração Paisagística.

Quando aos Resíduos a principal medida de minimização consiste na implementação de sistemas de recolha seletiva, maximizando a reciclagem.

No que diz respeito ao Património Cultural, a principal medida consiste no acompanhamento arqueológico das obras de demolição, escavação e revolvimento de solos, por forma a garantir que não são afetados elementos que atualmente não se encontram visíveis.

No que respeita ao descritor de Sócio-Economia não se prevê que o projeto induza impactes negativos, pelo que não se propõem medidas de minimização. No entanto, para potenciar os impactes positivos, recomenda-se a contratação local de trabalhadores e empresas.

10. PLANO DE MONITORIZAÇÃO

No caso do presente projeto não se identificou nenhuma componente ambiental ou socioeconómica que careça de Plano de Monitorização.

11. CONCLUSÕES

A principal conclusão do Estudo de Impacte Ambiental é a viabilidade ambiental do projeto e o reconhecimento da importância dos impactes sócio-económicos associados à sua implementação.

O projeto apresenta impactes ambientais muito moderados, em todas as componentes, facto que, se julga ter resultado de um longo trabalho de planeamento, mas sobretudo da tipologia muito pouco agressiva do ponto de vista ambiental, uma vez que consiste na construção de um pequeno hotel, numa zona que já está edificada. Estes factos não excluem a apresentação de medidas de minimização de impactes negativos, as quais foram apresentadas em capítulo próprio.